

EMPREENDEDORISMO NO BRASIL EM CRISE (2014-2017): uma Análise de Resultados sob o Enfoque da Competitividade, Inovação e Prosperidade

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12444>

Recebido em: 17/06/2021

Aceito em: 25/11/2021

Gláucia Bambirra Silveira,¹ Isabel Cristina dos Santos,² Nilson Cibério de Araújo Leão³

RESUMO

Este artigo analisa o desempenho do empreendedorismo brasileiro, abrangendo indicadores de competitividade, inovação e prosperidade entre 2014 e 2017. A pesquisa é de natureza mista e de caráter exploratório, delineada por análise bibliométrica em bases de dados científicas e análise cruzada de dados documentais em relatórios internacionais. Os resultados mostram que a crise foi rigorosa para o Brasil, com queda no *ranking* mundial de 25 posições em competitividade, 8 em inovação e 5 em prosperidade. Entre os 28 indicadores que compõem os *rankings* analisados, o país retrocedeu em 18 deles, com considerável perda na atividade econômica, apesar de ter avançado em 10 fatores relacionados à educação, considerada fator-chave no empreendedorismo de base tecnológica. Dentre esses 10 fatores, um deles é a mentalidade empreendedora. Durante a crise, os eventos político-legais e sociais, nestes inseridos o combate à corrupção, o esfriamento do mercado de *commodities* e entraves burocráticos, reduziram o avanço do empreendedorismo por oportunidade. Assim, o movimento positivo nas taxas de empreendedorismo está associado ao empreendedorismo por necessidade, que abriga as atividades da economia informal, justificadas pela atratividade dos benefícios fiscais e de seguridade, inseridos no Programa Microempreendedor Individual (MEI). Não é legítimo o uso da terminologia que associa o crescimento do empreendedorismo a “colchão social”, posto não se observar aumento das taxas de prosperidade, de competitividade e de inovação. A análise qualitativa dos relatórios é no formato de superposição, uma forma inovadora de avaliação dos indicadores e dos fatores de influência no empreendedorismo brasileiro.

Palavras-chave: empreendedorismo e inovação; competitividade global; prosperidade.

ENTREPRENEURSHIP IN BRAZIL IN CRISIS (2014-2017): AN ANALYSIS OF RESULTS FROM THE FOCUS OF COMPETITIVENESS, INNOVATION AND PROSPERITY

ABSTRACT

Objective: This article analyzes the performance of Brazilian entrepreneurship, covering indicators of competitiveness, innovation and prosperity, between 2014 and 2017. The research is of a mixed nature and exploratory character, outlined by bibliometric analysis in scientific databases and cross-analysis of documentary data in international reports. The results show that the crisis was severe for Brazil with a drop in the world ranking of 25 positions in competitiveness, 8 in innovation and 5 in prosperity. Among the 28 indicators that make up the rankings analyzed, the country fell back in 18 of them, with considerable loss in economic activity; despite having advanced in 10 factors related to education, considered a key factor in technology-based entrepreneurship. Among these 10 factors, one of them is the entrepreneurial mindset. During the crisis, political-legal and social events, such as the fight against corruption, the cooling of the commodities market and bureaucratic obstacles, reduced the advancement of entrepreneurship by opportunity. Thus, the positive movement in entrepreneurship rates is associated with entrepreneurship by necessity, which houses the informal economy activities, justified by the attractiveness of the tax and security benefits inserted in the Individual Microentrepreneur Program (MEI). It is not legitimate to use the terminology that associates the growth of entrepreneurship with the “social mattress”, since there is no increase in prosperity, competitiveness and innovation rates. A qualitative analysis of overlay format reports, an innovative way to evaluate indicators and influence factors in Brazilian entrepreneurship.

Keywords: entrepreneurship and innovation; global competitiveness; prosperity.

¹ Autora correspondente: Universidade Federal do ABC. Avenida dos Estados – Santa Teresinha – CEP 09210580 – Santo André, SP – Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0591030789043193>. <https://orcid.org/0000-0003-2836-1265>. glauucia.bambirra@ufabc.edu.br

² Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. São Caetano do Sul/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5505-5234>

³ Universidade Federal de Alagoas. Maceió/AL, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9804878808659147>. <https://orcid.org/0000-0001-9716-1465>.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados dos relatórios do *Global Entrepreneurship Monitor* (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), o Brasil tem se destacado, ano após ano, pela atividade empreendedora, caracterizada por pequenos negócios que representam 85% das empresas com até nove empregados, com grande concentração no setor de serviços, de baixa e média complexidade, cuja mão de obra tem baixa escolaridade ou o nível médio, sendo uma fatia considerável de profissionais de formação técnica. É sabido que maiores níveis de escolaridade e preparo dos empreendedores ajudam a manter o negócio, fortalecendo o potencial de expansão do emprego, o que pode ser uma vantagem em tempos de crise.

Um dos principais destaques do empreendedorismo nacional é a geração de emprego formal e renda: das 72 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 70% estão concentradas nas micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2017). Embora ocupe posição de relevância como empregador, o empreendedor brasileiro, segundo dados do *Global Entrepreneurship Monitor Brasil* (GEMBR), tem baixo grau de sofisticação e de ineditismo dos produtos, com oportunidades quase nulas de clientes no exterior (GEMBR, 2017), o que reforça o estereótipo do empreendedor por necessidade e não por intenção e comportamento.

Entre 2014 e 2017 a crise político-econômica brasileira influenciou a queda do Produto Interno Bruto (PIB), com redução no número de postos de trabalho ocupados e retração na renda dos trabalhadores, resultando em elevação do número de desempregados, que dobrou de 7 para 14 milhões (IBGE, 2019), no mesmo período.

Três fatores relacionados aos choques de oferta e demanda de mercado contribuíram sobremaneira para recrudescer a crise, resultando no aumento do risco no país e na redução do PIB. São eles: o declínio das políticas que constituíam a Nova Matriz Econômica (NME); a fragilidade da política monetária associada ao controle de preços dos derivados de petróleo; e, as ações intervencionistas que tornaram a dívida pública insustentável (BARBOSA FILHO, 2017).

No mesmo período, conforme dados do relatório “O empreendedorismo e o mercado de trabalho” (SEBRAE, 2017), houve aumento de 16,9% no número de empreendedores e de trabalhadores por conta própria, somando 1,6 milhão que, segundo dados do relatório, funcionou como um “colchão social” que mitigou os efeitos da crise. Além disso, durante a retração, as micro e pequenas empresas (MPEs) demoraram mais a demitir e demitiram menos quando comparadas com médias e grandes empresas (SEBRAE, 2017).

Há, no entanto, divergências sobre o entendimento do papel do empreendedorismo como criador do “colchão social” quando comparados os percentuais de pessoas ocupadas, desocupadas e o total de empreendedores no mesmo período. Se, sobretudo, forem considerados os aspectos competitividade e inovação como elementos que refletem na prosperidade de uma nação com vocação empreendedora, como é o caso do Brasil, observa-se uma provável lacuna para pesquisa. Na análise exploratória que deu origem a este trabalho, detectou-se que, no *ranking* mundial, o país reduziu a competitividade e perdeu em inovação e prosperidade.

Esses indicadores foram o ponto de partida para a elaboração desta pesquisa, que utilizou como base os dados do GEMBR para referência, mediante interposição com os dados dos relatórios *Global Competitiveness Index (GCI)*, *Legatum Prosperity Index (LPI)* e *Global Innovation Index (GII)*, publicados no período de 2014 a 2017 para responder o seguinte questionamento:

Em que medida o empreendedorismo brasileiro contribuiu para a competitividade, inovação e prosperidade durante a crise ocorrida no período 2014/2017?

Assim, o objetivo do estudo é analisar o desempenho do empreendedorismo brasileiro no período de 2014 a 2017. Embora aborde aspectos teóricos, a análise pretende apontar, por meio dos dados dos relatórios, a repercussão da crise na competitividade, inovação e, consequentemente, na prosperidade do empreendedorismo nacional. Além desta introdução, o artigo está apresentado em outras cinco seções, a saber: referencial teórico, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Ainda consta, ao final, as referências bibliográficas consultadas na pesquisa.

EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O termo empreendedorismo, largamente utilizado nos estudos de Economia, Administração e Sociologia Econômica (MARTES, 2010), consiste no processo de inovar, com a criação de um novo produto, alterações nas formas de produção ou abertura de novos negócios, criando uma força disruptiva, promovendo um novo ciclo de crescimento e uma ruptura no fluxo econômico existente, impulsionando o desenvolvimento econômico (SCHUMPETER, 1934). Complementando o conceito schumpeteriano, Kirzner (1999) afirma que o empreendedor entra em ação ao reconhecer uma situação de desequilíbrio. Dessa forma, os conceitos podem ser considerados complementares, uma vez que os empreendedores são vistos como equilibristas que tendem a empurrar o mercado para um novo equilíbrio (KIRZNER, 1999).

Convém diferenciar o empreendedorismo por oportunidade do empreendedorismo por necessidade. O empreendedorismo por oportunidade é decorrente de uma ideia inovadora, visando à geração de lucro e riquezas. O empreendedor por oportunidade baseia suas decisões em planejamento e oportunidade de negócio, enquanto o empreendedor por necessidade inicia o negócio próprio por falta de alternativa para geração de ocupação e renda, geralmente sendo sua única opção além do desemprego (DHEER; TREVIÑO, 2021). Ambos os tipos são monitorados em duas modalidades: iniciantes e estabelecidos (SEBRAE, 2017).

Como atividade empreendedora, a referência de análise é o painel de indicadores do *Global Entrepreneurship Monitor Brasil* (GEMBR), que se baseia na interdependência entre as condições de estrutura empresarial e visão pessoal empreendedora para identificar oportunidades de negócio como incrementos de crescimento econômico oriundo dessas atividades (GEM, 2017).

A atividade empreendedora é definida como orientação empreendedora (OE), conectada ao comportamento empreendedor, segundo alguns fatores que influenciam o desempenho das organizações (LAZZAROTTI *et al.*, 2015) "ISSN": "1415-6555", "abstract": "Resumo O artigo analisou a orientação empreendedora (OE). Entre eles, a autonomia e as redes de relacionamentos são os mais preponderantes para a competitividade dos empreendimentos inovadores (LAZZAROTTI *et al.*, 2015) "ISSN": "1415-6555", "abstract": "Resumo O artigo analisou a orientação empreendedora (OE). Em adição, o capital humano e o transbordamento da tecnologia contribuem para o crescimento econômico e, da mesma forma, a importação de tecnologia também proporciona absorção de conhecimento externo por meio de engenharia reversa, gerando benefícios para o país que importa a tecnologia (KUO; YANG, 2008).

Essa capacidade absorptiva reflete a competência da empresa em assimilar e transformar conhecimento para fins comerciais. Assim, o conhecimento é fator crucial para a obtenção de vantagem competitiva (GARRIDO *et al.*, 2017). Empresas de base tecnológica (EBTs), especialmente aquelas originadas de instituições de ensino superior tecnológico, são mais ágeis na transformação do conhecimento em valor econômico e, com isso, em vantagem competitiva, sustentando, ao longo do tempo, os benefícios de desenvolvimento econômico regional oriundos de transbordamento de conhecimento (SANTOS; DE PAULA, 2012).

Por exemplo, as *startups* são importantes no processo de inovação e dinamismo no desenvolvimento de tecnologias como fatores determinantes para a ampliação das políticas de incentivo às empresas nascentes e já estabelecidas que integram o ecossistema de inovação (FREIRE; MARUYAMA; POLLI, 2017).

Além disso, algumas empresas privadas formam parcerias com *startups* para ampliação do mercado de atuação, acesso a novos produtos, às redes de conhecimentos e mão de obra especializada. É fato que, ante a pressão global por inovação, o futuro das micro e pequenas empresas (MPEs) depende das vantagens competitivas, graus de sofisticação de serviços e produtos (FREZATTI *et al.*, 2017), e a combinação de políticas públicas e aliança entre o público e o privado, que podem acelerar o alcance ao mercado global. Adicionalmente, as políticas de apoio ao empreendedorismo são instrumentos importantes no arsenal de políticas públicas para a promoção do crescimento econômico (BRAUNERHJELM *et al.*, 2010).

Por outro lado, é sabido que a educação é fonte de estímulo ao empreendedorismo tecnológico. Assim, o investimento no capital humano e na acumulação de conhecimento e sua difusão como fatores de crescimento econômico por transbordamento para as atividades empresariais e empreendedoras, demanda, igualmente, uma solução qualitativa efetiva (BEYNON; JONES; PICKERNELL, 2016; BRAUNERHJELM *et al.*, 2010; LIMA *et al.*, 2017; VIEIRA; SANTOS; BRESCIANI, 2019).

Exemplo de aproximação entre educação e empreendedorismo tecnológico vem sendo experimentado pela introdução de *FabLabs*, rede de laboratórios em regime colaborativo para formação e prática da inovação (VIEIRA; SANTOS; BRESCIANI, 2019), e também de aceleradoras e incubadoras tecnológicas privadas e com alto grau de interação entre participantes, incluindo regime de *coworking* (SILVA *et al.*, 2016). Esses recursos – *fablabs*, aceleradoras e / ou incubadoras tecnológicas – são geralmente disponibilizados em ambientes previamente orientados para o conhecimento e a inovação, como os institutos ou cursos relacionados à tecnologia. Por fim, os laços de interação potencializam a aquisição de meios para assimilação e apropriação de conhecimentos para fins competitivos (OLIVEIRA; FALEIROS; DINIZ, 2015; FREZATTI *et al.* 2017; LIMA *et al.*, 2017), sobretudo nas empresas empreendedoras nascentes.

Empreendedorismo, inovação e crescimento econômico regional

A criação e o desenvolvimento de empresas impactam os mercados local, regional e nacional, de forma que o empreendedorismo regional provoca mudanças e estimula a criação de novas empresas, gerando crescimento econômico (JULIEN, 2017).

O empreendedorismo é considerado motor do desenvolvimento econômico (GEM, 2017), porém existe uma relação negativa entre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a taxa de empreendedorismo, apontam Mota *et*

al. (2017), pois quanto maior é o PIB menor é a taxa de empreendedorismo que, ao longo do tempo, propiciaria, se crescente, maior distribuição de emprego e renda. Em países desenvolvidos, o medo de fracassar na abertura de um novo negócio é mais observado, uma vez que os habitantes possuem mais recursos e maior cautela (MOTA *et al.*, 2017). Inversamente, nos países menos desenvolvidos, o empreendedorismo por necessidade e a propensão ao risco são maiores (MOTA *et al.*, 2017).

Assim, as pessoas com maior renda tendem a empreender mais em razão de uma acumulação de capital que permite movimentar o negócio (LECUNA, 2014, MOTA *et al.*, 2017) the dependent variable is defined from two independent and uncorrelated perspectives: (1. Outros fatores podem inibir ou incentivar um indivíduo a empreender: intenção empreendedora, propensão ao risco, acesso à capital, inovação, oportunidade, liderança e gerenciamento, rede de relacionamento e paixão (SOUZA *et al.*, 2017).

Apesar da relação apontada, Mrożewski e Kratzer (2017) destacam a importância de distinção entre os dois tipos de empreendedorismo – de necessidade e de oportunidade –, pois o primeiro está negativamente relacionado à inovação e o segundo está positivamente ligado ao progresso tecnológico, contrapondo Vale, Corrêa e Reis (2014), que concluem que o empreendedor pode possuir motivações múltiplas, como a identificação de oportunidade, expectativas pessoais, ambiente externo, influência de outras pessoas, insatisfação com o emprego ou influências familiares.

A diferença entre o empreendedor por necessidade e o por oportunidade baseia-se na aplicação, conhecimento e inovação que impulsionam o crescimento econômico regional e nacional (BAHIA; SAMPAIO, 2015). Além das motivações, a sobrevivência do empreendedor depende de práticas que o ajudem a superar desafios de forma inovadora e, em determinados países, amparada por políticas públicas, que poderiam suprir o vazio institucional na tomada de risco do empreendedor (MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015).

Exemplo disso foi a criação da figura legal do microempreendedor individual (MEI), que, segundo Prado *et al.* (2014), deveria reduzir a atividade econômica informal, aumentar a arrecadação de tributos e resolver a questão de acesso aos benefícios sociais públicos e seguro saúde público e possibilitar a emissão de notas fiscais. Na prática, porém, houve desvio de finalidade, uma vez que a intenção de empreender se mostrou mais relacionada à seguridade social do que propriamente à visão de futuro do empreendedor. Além disso, há uma correlação entre o fator corrupção burocrática e abertura de novos negócios no Brasil, segundo conforme Melo, Sampaio e Oliveira (2015), o que impõe barreiras injustas aos empreendedores.

Embora os estudos evidenciem que o empreendedor iniciante precisa aprimorar suas práticas para se tornar mais competitivo, na outra ponta aquele já estabelecido necessita de capacidade inovativa e ampliação de conhecimentos para superar os percalços e evoluir. A inovação está intimamente relacionada ao conhecimento. Assim, é ainda mais importante analisar em quais fontes as empresas procuram alicerçar a criação de ideias inovativas para a produção de bens e serviços (IBGE, 2014). Nesse sentido, as empresas iniciantes são alvo de políticas públicas de desenvolvimento em muitos Estados e regiões, como uma forma de fomentar o desenvolvimento regional (STERNBERG, 2007).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, feito com base em dados secundários de séries temporais referentes ao desempenho do empreendedorismo no Brasil a partir do relatório *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, complementado por tratamento dos dados obtidos do *Global Competitiveness Index (GCI)*, *Global Innovation Index (GII)* e *Legatum Prosperity Index (LPI)* para análise de superposição entre relatórios. O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais elementos considerados para a classificação dos países no GEM, GCI, GII e LPI.

Quadro 1 – Relatórios

Relatório	Objetivos	Pilares	Subíndices	Especificidades
<i>Global Entrepreneurship Monitor</i> – GEM	Compreender o papel da atividade empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico e social dos países	Variáveis socioeconômicas; perfil; mentalidade; atividade econômica; inovação; busca de órgãos de apoio.	Empreendedores iniciantes e estabelecidos.	Coleta de dados em dois processos: população adulta e especialistas.
<i>Global Competitiveness Index</i> – GCI	Conjunto de fatores que determinam a produtividade de uma economia para a colaboração público-privada visando à competitividade.	Instituições; infraestrutura; ambiente macroeconômico; saúde e educação primária; educação superior e treinamento; eficiência do mercado de produtos; eficiência do mercado de trabalho; desenvolvimento do mercado financeiro; prontidão tecnológica; tamanho de mercado; sofisticação de negócios; inovação.	O grupo de pilares mais crítico para países em desenvolvimento é o de requisitos básicos, inovação e sofisticação.	Três níveis de estágio de desenvolvimento competitivo (fator de impulso, impulso de eficiência, impulso de inovação); indicadores que constituem vantagem competitiva notável na classificação.
<i>Global Innovation Index</i> – GII	Métrica de eficiência de inovação nos países analisados.	Instituições; capital humano; infraestrutura; sofisticação do mercado; sofisticação do negócio; produtos de conhecimento e tecnologia; produtos criativos.	Indicadores de subíndices de inovação e subíndices de produtos de inovação.	Tem um tema-chave relevante a cada ano.
<i>Legatum Prosperity Index</i> – LPI	Colaborar na elaboração de agendas governamentais de desenvolvimento, crescimento e bem estar.	Qualidade da economia; ambiente de negócios; governança; liberdade pessoal; capital social; segurança; ensino; saúde; ambiente natural.	Não tem.	A partir de 2016, incluiu o índice de ambiente natural para monitoramento da sustentabilidade.

Fonte: GEM, GCI, GII e LPI (Dados organizados pelos autores).

Os relatórios GEM, GCI, GII e LPI, publicados no período de 2014 a 2017, formaram a estrutura de compilação e análise dos indicadores do empreendedorismo brasileiro diante da crise econômica e seu impacto em competitividade, inovação e prosperidade nos âmbitos local, regional e global.

A pesquisa empregou método bibliométrico por meio da Teoria do *Enfoque Meta-Analítico Consolidado* (Temac) e uma abordagem de revisão qualitativa, integrativa e sistemática para mapear determinado tema em três etapas: preparação e busca de dados em múltiplas bases, apresentação e inter-relação de dados e detalhamento, integração e validação por evidências (MARIANO; ROCHA SANTOS, 2017). Além disso, bibliografia de literatura pertinente complementou os achados bibliométricos para ampliar o suporte teórico com os temas empreendedorismo, inovação e crescimento econômico. A coleta de dados foi feita ao longo de 30 dias, com artigos em inglês na *Web of Science* (WoS) e em português no portal de Periódicos da Capes.

Na base WoS os descritores *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), *Global Competitiveness Index* (GCI), *Global Innovation Index* (GII) e *Legatum Prosperity Index* (LPI), somaram 347 registros cruzados entre eles e 11 artigos de interesse foram extraídos, mas destes só foram observadas análises com, no máximo, três dos quatro relatórios avaliados neste estudo.

Com base nos relatórios e na literatura identificada na pesquisa exploratória, outra pesquisa foi efetuada na WoS com os descritores: *entrepreneurship; endogenous; spillover; endogenous economic growth; knowledge diffusion; entrepreneurial activities; technology entrepreneurship*, alcançando 135 registros dos cruzamentos entre os descritores, dos quais 13 foram extraídos.

A busca na base de dados Periódicos Capes, empregando os descritores GEM, GCI, GII e LPI por extenso, com os filtros artigos em português, revisados por pares, temas negócios, gestão e empreendedorismo, resultou em 366 registros e 21 artigos de interesse extraídos. Nessa base de dados, cruzamentos entre os descritores dos relatórios não apresentaram nenhum registro. Os descritores empreendedorismo e crescimento econômico regional, atividade empreendedora e crescimento econômico e *capital de conhecimento e transbordamento também foram pesquisados, totalizando 116 registros*. Destes, 15 artigos de interesse foram extraídos.

Após a coleta dos 964 artigos catalogados, um total de 59 artigos de interesse em base de dados nacional e internacional foram analisados e empregados como fonte de dados adicional aos relatórios, de modo que a interposição fosse fortalecida no suporte teórico concretizando a etapa 1 do Temac (preparação e busca de dados em múltiplas bases). Os resultados da análise bibliométrica e bibliográfica foram integrados à análise documental dos relatórios no período estudado, como será abordado nas seções seguintes desta pesquisa, configurando as etapas 2 e 3 do Temac (apresentação e inter-relação de dados, detalhamento, integração e validação por evidências).

RESULTADOS

Os relatórios GEMBR, GCI, GII e LPI foram compilados no período 2014-2017, e a interposição dos resultados é discutida e apresentada nas seções a seguir.

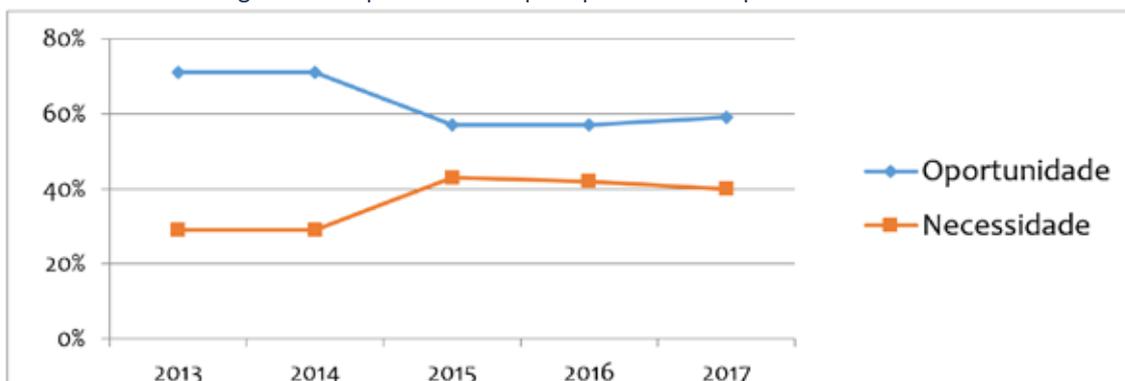
Análise do quadriênio GEM Brasil

Segundo o GEMBR (2016), mesmo com outras possibilidades de renda, o empreendedor por oportunidade escolhe criar o próprio negócio. Ele tem maior nível de escolaridade, tempo e recurso para conduzir o empreendimento. Na outra ponta, o empreendedor por necessidade é impulsionado pela falta de opção para obter renda e autonomia para si e a família. Como a

obtenção de lucro é premente, a condução do negócio é precária em termos de planejamento e conhecimento do mercado.

Durante a crise econômica, a motivação por necessidade apresentou elevação positiva. Inversamente, a motivação por oportunidade reflete forte queda, apresentada na Figura 2, o que pode justificar a elevada taxa de mortalidade dos empreendimentos nacionais, levando em conta a baixa escolaridade e a capacidade inovativa, apresentadas nas Tabelas 3 e 4.

Figura 2 – Empreendedores por oportunidade e por necessidade



Fonte: GEMBR (2017).

Em termos de variáveis socioeconômicas, a escolaridade superior completa apresentou diferença significativa com queda entre os iniciantes (até 42 meses de vida) e elevação entre os estabelecidos (acima de 42 meses de vida) quase na mesma proporção. Entre os níveis Fundamental e Médio ocorreu o inverso, elevação entre os iniciantes e queda entre os estabelecidos, números que favoreceram uma queda no resultado geral, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Taxas de empreendedorismo por grau de escolaridade

Estágios do empreendimento	Escolaridade	Ano				
		2013	2014	2015	2016	2017
Iniciais	Fundamental Incompleto			20,00%		19,60%
	Fundamental Completo	17,00%	18,50%	20,00%	19,50%	23,90%
	Médio Completo	18,00%	17,50%	23,00%	20,50%	20,10%
	Superior Completo ou acima	16,20%	17,50%	17,00%	14,40%	14,30%
Estabelecidos	Fundamental Incompleto			24,00%		22,50%
	Fundamental Completo	15,70%	16,40%	20,00%	21,70%	12,90%
	Médio Completo	13,40%	14,50%	16,00%	14,60%	14,60%
	Superior Completo ou acima	12,50%	14,50%	11,00%	13,30%	17,00%

Fonte: GEM (2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Sobre a capacidade de empreender, a mentalidade do brasileiro no objetivo de ter o próprio negócio entre 2014 e 2017 desgastou-se. Pode-se inferir um indicativo de migração para o mercado de trabalho com menor risco pessoal, ou desconfiança em relação à economia, que pode ser confirmada pela queda na percepção de oportunidades para empreender. Contraditoriamente, mais da metade da população em ambos os grupos afirma ter um conhecido que iniciou negócio nos dois últimos anos, sentia-se confiante e com habilidade para abrir um negócio e o medo de fracassar não foi um empecilho para atingir a meta pessoal.

Tabela 4 – Distribuição percentual da população segundo mentalidade empreendedora

Mentalidade	2013	2014	2015	2016	2017
Sonham em ter um negócio próprio.	34,60%	31,40%	34,50%	31,70%	17,90%
Afirmam conhecer alguém que começou negócio novo nos últimos dois anos.	37,70%	37,70%	51,70%	41,30%	56,50%
Percebem boas oportunidades para negócio novo nos próximos seis meses.	50,00%	55,50%	42,40%	40,20%	46,40%
Afirmam ter conhecimento, habilidade e experiência para um novo negócio.	52,10%	50,00%	58,30%	53,60%	55,90%
Afirmam que o medo de fracassar não impede o começo de um novo negócio.	57,30%	60,90%	50,50%	57,60%	56,50%

Fonte: GEM (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Em relação às características do negócio, os iniciantes conseguiram recuperar as perdas de serviços ao consumidor. Seguidos da indústria de transformação com bons resultados, mantiveram-se bem no setor de serviços para negócios, mas com queda drástica no setor de extração, o que, provavelmente, não teve grande impacto por sua baixa representatividade neste grupo.

No grupo dos estabelecidos, a indústria de transformação parece ter conseguido superar as implicações da crise, pois manteve-se em elevação em todo o período. Na extração e serviços para negócios os números foram menos expressivos, com queda e recuperação, sendo o pior indicador para o setor de serviços ao consumidor com queda sem recuperação, resultado que certamente impactou o mercado, uma vez que este setor detinha um grande percentual de empreendedores, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos empreendedores iniciais em % segundo as características de inovação de produtos e serviços produzidos

Setores	2014	2015	2016	2017
Setor extrativo	1,40%	4,00%	2,10%	1,00%
Indústria de transformação	25,50%	39,40%	24,00%	27,00%
Serviços orientados para o negócio	8,90%	5,80%	5,00%	5,30%
Serviços orientados para o consumidor	64,10%	50,80%	69,00%	66,70%

Fonte: GEM (2013, 2014, 2015, 2016 e 2017).

Este resultado é confirmado em estudo de Mota *et al.* (2017) sobre incerteza econômica e aumento da percepção de riscos como variáveis que podem afetar negativamente as empresas.

Entre os fatores favoráveis citados como impulsionadores do empreendedorismo nacional pelos especialistas respondentes do GEM, estão: capacidade e composição da população; abertura de mercado/barreiras à entrada, ambos com elevação acentuada; e políticas governamentais e programas com queda no período. Os fatores limitantes por ordem de importância, citados pelos especialistas, são respectivamente: políticas governamentais e programas; apoio financeiro; educação e capacitação; e contexto político e clima econômico, todos com acentuada elevação no período.

Análise do Quadriênio 2014-2017 pelo *Global Competitiveness Index (GCI)*

Segundo o GCI, a travessia de uma forte recessão, comprovada pela queda consecutiva da taxa de crescimento anual desde 2010 e a incerteza política e as finanças do governo, ainda impedem a estabilização de uma agenda de competitividade pró-crescimento na maior economia da América Latina e Caribe (AL&C). Somados a isso, os escândalos de corrupção, burocracia e deficiências, constantes no funcionamento das instituições brasileiras, foram fatores que se destacaram em todo o quadriênio.

Em 2014, embora com ligeira queda de posição provocada por indicadores macroeconômicos e redução do acesso ao financiamento, o Brasil ainda destacava-se na AL&C. Os vários indicadores ambientais mostraram que os resultados em competitividade sustentável evoluíram acima da média para a sustentabilidade ambiental, mas foram neutralizados pelos resultados da sustentabilidade social, corroída por desigualdade de renda, acesso à saúde, saneamento, transporte e redução do poder de compra e acesso ao crédito. Tais resultados demonstraram um retrocesso, uma vez que os reflexos já apareciam no ano seguinte.

Embora com ligeira queda em 2015, o país, mais uma vez, apresentou insuficiência no tratamento dos pontos fracos do governo e do sistema educacional que impactaram a transição para economia mais baseada em conhecimento. A desigualdade da sustentabilidade social (saúde e saneamento) e ambiental (desmatamento e regulamentação frouxa) também contribuiu para os resultados ruins no período.

O ano de 2016 foi o auge dos escândalos de corrupção que expuseram os custos econômicos do país, o que ajudou para um declínio no *ranking*, continuando uma tendência de queda. Em 2016, o Brasil apresentou uma queda de 18 posições com involução em 9 dos 12 pilares e baixas perspectivas de crescimento.

Em 2017, os resultados foram agravados pelo cenário negativo pautado pelo término do superciclo de *commodities*, com queda nos valores de exportação e a redução das atividades do comércio global, que também atingiu a demanda por exportações de manufaturados, ambos já diagnosticados desde 2015. O cenário de restrições reduz a capacidade competitiva que, estagnada ou em queda, representou um grande desafio a ser superado com reforço dos pontos favoráveis e mitigação ou exclusão dos pontos desfavoráveis, como expõe o Quadro 6.

Quadro 6 – Posição do Brasil no ranking do GCI

Ano	2014	2015	2016	2017
Posição no ranking	56 ^a	57 ^a	75 ^a	81 ^a
Destques Desfa- voráveis	Queda brusca nos resultados na economia; baixa e ineficiente participação política; desigualdade social.	Escândalos de corrupção; reputação das instituições; desigualdade da sustentabilidade social; sustentabilidade ambiental com legislação ambiental ineficiente.	Economia (déficit fiscal e inflação); escândalos de corrupção; reputação das instituições.	Turbulência política; degradação de bens, trabalho e mercados financeiros; deterioração da segurança e gestão.

Destaques Favoráveis	Tamanho do mercado; sofisticação dos negócios (excelência em inovação, atividades de alto valor agregado e pesquisa).	Tamanho do mercado; sofisticação dos negócios (excelência em inovação, atividades de alto valor agregado e pesquisa).	Tamanho do mercado; evolução da prontidão tecnológica; sofisticação dos negócios; qualidade da infraestrutura.	Proteção dos direitos da propriedade; medidas contra influência indevida; medidas contra a corrupção; independência judicial.
-----------------------------	---	---	--	---

Fonte: GCI (2014, 2015, 2016 e 2017).

No GCI os dez principais fatores que inibem os empreendedores brasileiros de fazer negócios são: 1) Taxas de impostos; 2) Corrupção; 3) Regulamentos fiscais; 4) Burocracia governamental ineficiente; 5) Instabilidade política e de governo; 6) Regulamentação trabalhista restritiva; 7) Fornecimento inadequado de infraestrutura; 8) Força de trabalho com instrução inadequada; 9) Acesso ao financiamento; e 10) Inflação, que aparece só a partir de 2015. No período houve pouca oscilação na posição entre eles, com exceção da corrupção, que saltou de 7º em 2014 para 2º em 2017, mas todos os fatores foram presentes no quadriênio.

Análise do Quadriênio 2014-2017 pelo *Global Innovation Index (GII)*

No contexto macro, em 2014 o olhar da inovação era voltada para o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (o Brics). Dos países do Brics, o Brasil foi qualificado como inovador eficiente entre as três economias que melhoraram suas posições globais.

Se, no entanto, somados os entraves dos demais relatórios, as decisões de desinvestimento em P&D certamente deverão repercutir de forma bastante negativa em futuro próximo, considerando que na linha divisória do grupo de países eficientes e inovadores em relação ao PIB, o Brasil veio perdendo posições rapidamente, entrando para o grupo dos inovadores ineficientes.

Na América Latina e Caribe – AL&C – em 2015, mesmo com lentidão, Brasil, Argentina e México destacaram-se como economias com desempenho acima da média da região. Até 2016 na AL&C poucos países foram considerados superadores de desempenho de pilares e nenhuma economia da região AL&C foi identificada como empreendedora de inovação. A queda nos preços das *commodities*, no entanto, enfraqueceu seriamente as economias dependentes, como o Brasil, que entrou em grande turbulência econômica e restrições políticas.

Em 2017, a saída da recessão foi lenta e o país enfrentou elevado grau de incerteza com baixo nível de investimentos e produtividade, o que requer assumir compromissos e resultados de inovação de longo prazo, para, com isso, alcançar o potencial de inovação que tem sido obstruído pelos desafios econômicos.

Em termos de qualidade da inovação, no início da crise, em 2014, o Brasil foi destaque para o desempenho entre os países de renda média, e das 71 economias desse grupo ocupou o 2º lugar, atrás da China. No *ranking* do Top 3 das melhores universidades, escritórios de patentes e documentos citáveis, o Brasil ficou em 23º lugar, e seu ponto mais forte foi a absorção de conhecimento, classificado entre os 30 primeiros em três das quatro variáveis de análise.

Com melhora em inovação, em 2015 o Brasil conseguiu estreitar a lacuna com a China na liderança do grupo, estimulado por uma melhoria na qualidade das instituições de Ensino Superior, mas com queda em número de patentes registradas em razão de entraves burocráticos.

Embora globalizadas, as divisões na inovação permaneceram, com a maioria das atividades concentrando-se em economias de alta e de média renda, como o Brasil. O país manteve essa posição em 2016 com pontuações na qualidade das universidades e número de citações que são próximos dos obtidos pela China, e similares ou acima das médias do grupo de alta renda. Caiu, no entanto, para a 3ª posição na família de patentes métricas e qualidade geral da inovação, além de desacelerar as despesas em P&D, fato que refletiu nos resultados em 2017. Nesse ano, o Brasil apresentou ligeira redução nos itens *Top 3* de universidades, famílias de patentes e documentos citantes, mas continuou a reduzir gastos em P&D.

A incógnita sobre a inovação brasileira, em longo prazo, é reforçada pelas pontuações gerais dos sete pilares GII e seus subíndices, que apontam resultados de forças neutralizadas pelas fraquezas, fazendo com que o país se mantenha estagnado na 69ª posição no período, de acordo com o Quadro 7.

Quadro 7 – Forças e fraquezas do Brasil no GII

FORÇAS	2014	2015	2016	2017
Ranking	61º-143º	70º -141º	69º-128º	69º-127º
Ano/forças	2014	2015	2016	2017
Instituições – 8 subíndices	0	0	0	0
Capital Humano – 12 subíndices	1 de 12	3 de 12	3 de 12	4 de 12
Infra-estrutura – 10 subíndices	1 de 10	0	1 de 10	1 de 10
Sofisticação de Mercado – 9 subíndices	1 de 9	1 de 9	2 de 9	1 de 9
Sofisticação Empresarial – 15 subíndices	5 de 15	4 de 15	2 de 15	2 de 15
Produtos Criativos – 13 subíndices	0	0	0	0
Conhecimento Tecnológico – 14 subíndices	2 de 14	2 de 14	2 de 14	2 de 14
FRAQUEZAS	2014	2015	2016	2017
Ranking	61º-143º	70º -141º	69º-128º	69º-127º
Ano/fraquezas	2014	2015	2016	2017
Instituições – 8 subíndices	3 de 8	2 de 8	2 de 8	2 de 8
Capital Humano – 12 subíndices	3 de 12	3 de 12	3 de 12	3 de 12
Infraestrutura – 10 subíndices	0	1 de 10	1 de 10	1 de 10
Sofisticação Mercado – 9 subíndices	0	0	1 de 9	2 de 9
Sofisticação Empresarial – 15 subíndices	1 de 15	2 de 15	1 de 15	3 de 15
Produtos Criativos – 13 subíndices	1 de 13	1 de 13	1 de 14	1 de 13
Conhecimento Tecnológico – 14 subíndices	2 de 14	1 de 14	1 de 13	1 de 14

Fonte: GII (2014, 2015, 2016 e 2017).

A falta de visão estratégica de longo prazo para investimentos externos usualmente reduz os benefícios desse tipo de recurso.

Análise do Quadriênio em Prosperidade

Entre 2014 e 2017 o Brasil perdeu 9 posições no *ranking* de Prosperidade entre 149 países (46º em 2014 para 54º em 2017). Se o ano de 2018 fosse considerado no cálculo, a queda seria maior, pois o país perdeu mais 11 posições, indicando piora significativa e superior a qualquer outro país na AL&C.

Embora o Brasil tenha sido eleito, em 2014, um dos países mais tolerantes com os imigrantes por 82,2% dos brasileiros que ainda declararam o país como um bom lugar viver (LPI, 2014), a prosperidade nacional estava enfraquecida. Os desafios mais importantes a superar eram a baixa mobilidade de renda, elevado nível de desigualdade, de oportunidade e a falta de segurança para as mulheres.

Em 2015 ao Brasil juntou-se o fraco desempenho da governança em economias de renda alta e média na região das Américas, como reflexo da falha em questões como segurança e proteção, em queda desde o final da década anterior.

Em 2016 a queda das economias baseadas em *commodities* começa a ter implicações na região da América Latina. A prosperidade brasileira declina e sua reconstrução foi prejudicada pela instabilidade econômica e política. O item mais pontuado na prosperidade brasileira era o quesito Liberdade Pessoal, e o pior era Segurança e Proteção. A pontuação final foi compensada pelos avanços em Ambiente de Negócios, Governança e Saúde.

Em 2017, último ano de crise analisado, o caráter da prosperidade brasileira mudou significativamente nos pilares Saúde, em razão do aumento de felicidade das pessoas, e Capital Social, que avançou pela oportunidade de tornar as pessoas mais dispostas a ajudar financeiramente. O ambiente de negócios e a diminuição do Acesso aos Serviços Financeiros, no entanto, têm debilitado esses resultados, juntamente com Governança, Segurança e Proteção, todos em declínio.

Na pontuação do quadriênio os resultados apresentaram oscilação negativa e queda em cinco pilares: liberdade pessoal, governança, segurança, proteção e educação. Apresentaram, ainda, oscilação positiva e aumento em três pilares: ambiente natural, capital social e saúde. O pilar qualidade da economia manteve-se estável em todo o período.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As discussões apresentadas a seguir mantêm o mesmo alinhamento da seção anterior, iniciando pelo empreendedorismo, seguido da competitividade, inovação e prosperidade, culminando com a apresentação da integração compilada de todos os relatórios.

Os seguidos choques de oferta e demanda e as políticas públicas praticadas no período, influenciaram a redução da capacidade de crescimento econômico nacional de 4% para 2% e corroeram um superávit primário de 2,2% transformado em déficit primário de 2,7% (BARBOSA FILHO, 2017).

A falta de coordenação da política macroeconômica e os choques exógenos, como ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização cambial e aumento da taxa Selic, também favoreceram a desaceleração econômica que culminou com uma recessão histórica (PAULA; PIRES, 2017).

Contribuíram, ainda, com a magnitude da recessão: a redução proeminente de gastos em investimento, a redução das margens de empresas não financeiras, o realinhamento abrupto de preços e a contração fiscal (OREIRO, 2017). Recessões são fenômenos cíclicos que afetam as empresas; as organizações podem escolher entre cortar custos e diminuir investimentos ou aproveitar a recessão e investir para aumentar a competitividade. Por meio das estratégias pró-cíclicas (cortando despesas e investimentos) ou anticíclicas (aumentando investimentos), as empresas que aproveitam as oportunidades e que possuem flexibilidade para inovar são mais bem-sucedidas (CONTI; GOLDSZMIDT; VASCONCELOS, 2015), de modo que os empresários necessitam desenvolver habilidades empreendedoras para tirar proveito das situações de crise e obter realizações (PATAH; FERREIRA; PUGAS, 2019).

O empreendedorismo, ainda que condição necessária ao desenvolvimento, na modalidade por necessidade é insuficiente e, pelo comportamento dos fatores analisados, é insustentável, social e economicamente injusto, principalmente na modalidade das MPEs. Segundo estudo com dados oficiais sobre empreendedorismo e mercado de trabalho, a geração de empregos é predominante nas MPEs: se a economia expande as MPEs empregam mais; inversamente, se a economia encolhe, mesmo assim, as MPEs demitem menos (SEBRAE 2017).

Resumidamente, entre 2014 e 2017 o número de empregadores por conta própria cresceu 1,6 milhões (16,9% do total), o que mitigou a situação de desemprego como um “colchão social”, segundo consta no estudo empreendedorismo e mercado de trabalho, como pode ser verificado na Tabela 8. Na contramão, o mesmo período de análise mostra que a taxa de desempregados no país dobrou, mudando de 7 para 14,2 milhões de pessoas em todas as modalidades monitoradas (IBGE, 2019).

Tabela 8 – Pessoas ocupadas x desocupadas

	1º Trim. 2014	1º Trim. 2017	Varição	Taxa de ocupação
Pessoas ocupadas	92,1	88,9	(2,3 milhões)	-2,50%
Empregado com carteira	36,4	33,4	(3 milhões)	-8,20%
Empregado sem carteira	10,5	10,2	(0,3 milhões)	-2,60%
Doméstico	5,9	6,1	0.2 milhões	2,20%
Servidor público	11,2	10,9	(0,3 milhões)	-2,90%
Empregador	3,7	4,1	0,4 milhões	11,10%
Conta própria	20,9	22,1	1,2 milhões	5,80%
Trabalhador familiar	2,7	2,2	(0,5 milhões)	-17,40%
Desocupados	7	14,2	7,2 milhões	101%

Fonte: IBGE, 2017.

Nesse contexto, e considerando o aumento de empreendedores de forma otimista, acredita-se que apenas esta variável, por si só, é insuficiente para uma afirmação conclusiva e determinante de sua função como “colchão social” durante a crise.

Outros dados de análise obtidos do IBGE constatam que os desalentados aumentaram de 1,5 milhões de pessoas (2014), o menor resultado desde 2012, para 4,3 milhões de pessoas (IBGE, 2017). A parcela dos subocupados, que constituem parte da força de trabalho, também recebeu duro golpe aumentando de 15,5% (2014) para 24% (IBGE, 2017).

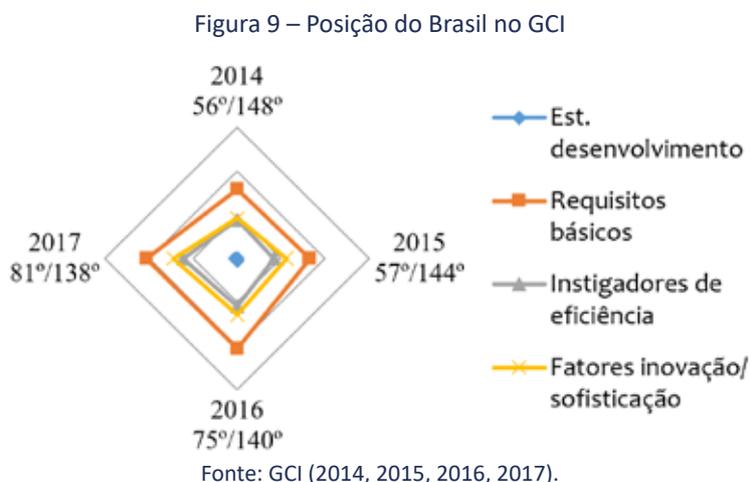
Ainda que se considere o MEI como alternativa ao empreendedorismo, os números do IBGE (2019) apontam aumento de 18,09% nesta modalidade, que saltou de 1.865 milhões (2014) para 2.200 milhões (2017). Para Prado *et al.* (2014), apesar da elevada taxa de empreendedorismo, os principais motivos que estimulam o empreendedor a abrir uma MEI são: o desejo de formalização (41%), acesso aos benefícios do INSS (37%) e emissão de nota fiscal (12%), o que pode mascarar os dados sobre a motivação em buscar este tipo de incentivo para empreender.

Souza *et al.* (2016) concluem que o MEI é uma política pública de incentivo ao empreendedorismo, especialmente pela redução da burocracia e pela facilidade na formalização e na venda de produtos e serviços para outras empresas.

Em se tratando da competitividade, embora a proporção nacional de empreendedores em comparação com outros países seja elevada, a qualidade média, a tecnologia e a capacidade competitiva do nosso produto final são extremamente baixas. Somado a isso, o impulso do empreendedorismo nas universidades não é vigoroso e os nossos empreendedores são desprovidos de ambição para inovar e crescer (SEBRAE, 2017). No biênio 2014-2015, o desempenho econômico brasileiro foi considerado fraco, o PIB encolheu e o país perdeu grau de investimento na avaliação de duas importantes agências internacionais: *Standard & Poor e Fitch*.

Em 2016 o ambiente interno brasileiro foi cravado pela instabilidade política, casos de corrupção e lavagem de dinheiro. O cenário político e econômico corroeu a competitividade e reduziu a capacidade de empreender (MOTA *et al.*, 2017).

Esses fatores contribuíram com o impacto negativo, e dados do GCI indicam que, entre 2014 e 2017, o Brasil experimentou forte perda competitiva com uma queda de 25 posições, saindo de 56º para 81º no *ranking* e regredindo de transição 2-3 para nível 2 no estágio de desenvolvimento. A análise dos 12 pilares e respectivos conjuntos de subíndices apontam quedas substanciais de posição no período da crise com a maior perda no grupo fatores inovação/ sofisticação (queda de 26 posições); seguido de requisitos básicos (queda de 24 posições); e instigadores de eficiência (queda de 16 posições) respectivamente, conforme demonstra a Figura 9.



No geral, nosso empreendedor está limitado às atividades de reduzido conteúdo tecnológico, que não impõem barreiras de entrada, com forte orientação para o mercado interno e sem perspectiva de ampliação para clientes externos, criando fragilidades. Estas fragilidades poderiam ser mitigadas, combinando ações entre o setor produtivo e as universidades, visando à formação e à prática do conhecimento em inovação (VIEIRA; SANTOS; BRESCIANI, 2019). Apesar de tudo, o nível de confiança parece manter-se elevado, na contramão dos países desenvolvidos que, segundo Mota *et al.* (2017), receiam o fracasso de um novo negócio.

No quesito inovação, a incerteza política requer constância estratégica. No relatório do GII 2017 os investimentos em pesquisa e inovação, por exemplo no setor do agronegócio brasileiro, não permitem inferir sobre os objetivos de longo prazo para obter benefícios da retomada econômica.

É sabido que economias avançadas historicamente lideram os esforços de P&D agrícola, assim como suas capacidades de pesquisa também atingiram altos padrões em várias economias emergentes, como o Brasil, que é o quarto maior consumidor de fertilizantes no planeta.

No agronegócio o país está entre as cinco principais economias destinatárias de fluxo de entrada de investimento externo direto (IED), e também no grupo dos cinco maiores exportadores de produtos agrícolas e alimentares do mundo, que inclui uma mescla de economias de renda elevada e média. Em contradição, o Brasil não está entre os cinco maiores investidores em pesquisa agrícola (Nigéria, Argentina, Índia, Uganda, Etiópia), nem entre os cinco maiores em Ensino Superior em estudos agrícolas (Etiópia, Uzbesquistão, Camboja, Vietnã, Albânia), segundo declara o relatório do GII (2017).

Em estudo recente, Santos e Ferreira (2016) relatam que a internacionalização dos negócios e a capacidade inovadora estão intrinsecamente interligadas. Em países da América do Sul essa relação é influenciada pelo conhecimento, investimento direto e exportações. A importância do investimento direto estrangeiro (IED) em empresas brasileiras de processamento foi relatada por Wooster & Diebel (2010), que observaram a coexistência de fatores positivos e negativos do IDE na produtividade das indústrias estudadas.

Por exemplo, empresas de média baixa e baixa intensidade tecnológica, conforme classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (GALINDO-RUEDA; VERGER, 2016), têm maior dificuldade para operacionalizar as inovações, mesmo tendo acesso aos programas de incentivo. Para esse grupo, a alternativa de inovação em processo mediante aquisição de equipamento, pode promover maior produtividade. Tal recomendação reforça o papel do governo em incentivar a inovação por meio de políticas de fomento ao empreendedorismo e à inovação (BARBOZA; FONSECA; RAMALHEIRO, 2017; MENDES; HASENCLEVER, 2015) que torna a concorrência ainda mais acirrada e encurta o ciclo de vida dos produtos. Percebe-se, contudo, que as empresas que operam em setores mais tradicionais da economia apresentam maiores barreiras para gerar ou adotar inovações, barreiras essas que aumentam quando se trata do universo das micro e pequenas empresas (MPes).

A diversidade de composição do mercado e a motivação para empreender com base em necessidade, indicam que o governo deve reavaliar as políticas e estratégias para o empreendedorismo brasileiro, com foco em geração de oportunidades alicerçadas por conhecimento, inovação e clima econômico favorável. Isso, sobretudo, implica longevidade do empreendedorismo fundamentado em um bom planejamento e estilo de gestão, focando em apropriação de conhecimentos (FREZATTI *et al.*, 2017; MOTA *et al.*, 2017).

Melhorar a qualidade das atividades empreendedoras é importante no debate mundial (DHEER; TREVIÑO, 2021). Realmente, a participação de diferentes níveis do governo na

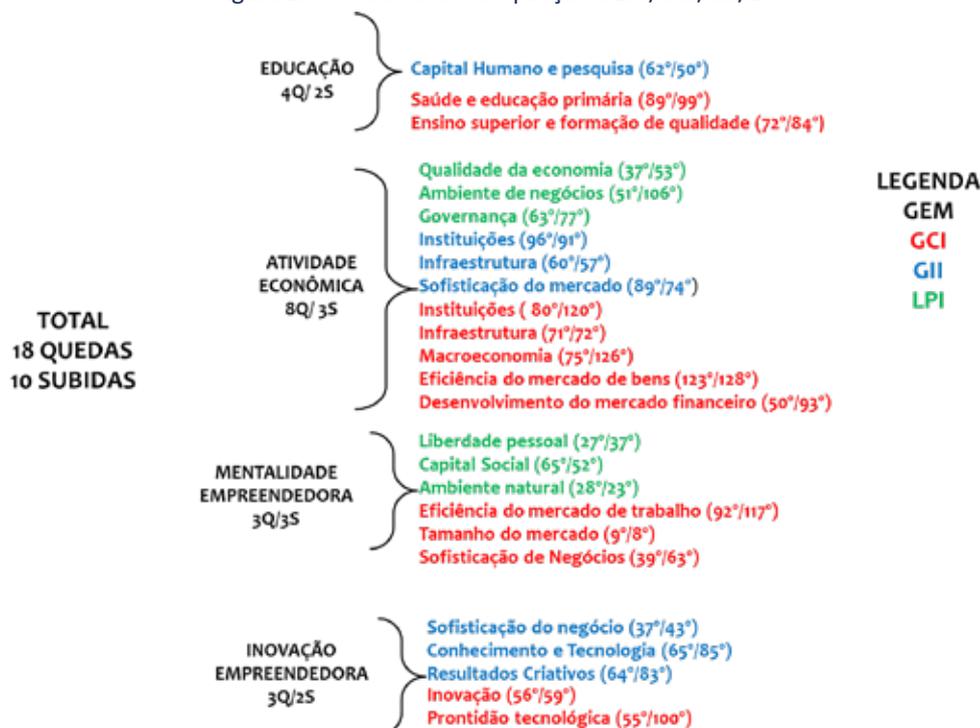
formulação de políticas amplia a aceitação por parte da população. Por outro lado, a falta de articulação entre as esferas governamentais de formulação e instituição das políticas públicas, ocasiona a produção de sistemas de informações menos efetivos (OLIVEIRA; FALEIROS; DINIZ, 2015) que favorecem o aparecimento de um nicho de empreendedores privilegiados por improbidade administrativa (MELO; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015).

Com os níveis de competitividade e inovação em queda e potencializados pelas falhas de governança, segurança, proteção e educação (LPI, 2014-2017), todos esses índices fundamentais para a ampliação da prosperidade no Brasil dificilmente serão recuperados. Há de se construir uma agenda de profunda adequação de longo prazo em termos de capital social, liberdade pessoal e investimento de grande porte no estímulo à inovação. Mesmo que amortecidos pelo contrapeso de índices como qualidade da economia e ambiente natural – fatores importantes –, eles não são a garantia da permanência do Brasil em posição favorável ao longo do tempo.

Dados dos relatórios internacionais especializados em competitividade, inovação e suas implicações na prosperidade nacional, sustentam a análise descrita até aqui, sobretudo porque, além da geração de emprego, a literatura do tema empreendedorismo considera fatores como crescimento regional e capital de conhecimento como difusores de transbordamento econômico regional (BEYNON; JONES; PICKERNELL, 2016; BRAUNERHJELM *et al.*, 2010; LIMA *et al.*, 2017; VIEIRA; SANTOS; BRESCIANI, 2019).

Além do que já foi discutido anteriormente, a contestação deste estudo sobre a afirmação conclusiva do empreendedorismo como um “colchão social”, está fundamentada em um resumo da compilação dos quatro relatórios apresentada na Figura 10, com os índices que indicaram queda e elevação no período.

Figura 10 – Resumo de compilação GEM/GCI/GII/LPI



Fonte: GEM; GCI; GII; LPI (2014, 2015, 2016, 2017).

Os índices mais críticos apresentaram queda nos quesitos sociais, como Saúde, Educação Primária, Ensino Superior e Formação de Qualidade. Na economia, o pior desempenho ficou no índice “Ambiente de Negócios”, seguido por Instituições e desenvolvimento de mercado financeiro. Considerando o resumo de compilação do Quadro 3, pode-se inferir que a acentuada queda do quesito atividade econômica empreendedora, desfavorecida, principalmente, pelos índices de competitividade, pode ser o ponto de partida para um melhor resultado futuro do país.

Pesquisa de Machado *et al.* (2015) revela que o Brasil possui a regulamentação menos favorável, os piores indicadores de facilidade para fazer negócios, dificuldades em aberturas de empresas, obtenção de crédito, proteção aos investidores, tributação e execução dos contratos entre os países do Brics.

Nota-se, ainda, que a mentalidade empreendedora carece de inovação, atravancada pela prontidão tecnológica. Por outro lado, é possível perceber que a educação empreendedora é favorecida timidamente pelos índices positivos da educação/ensino, capital humano e pesquisa. Se as políticas públicas fossem estrategicamente adequadas nesse sentido, em longo prazo poder-se-ia obter alguma vantagem competitiva que revertesse o quadro apresentado no período 2014/2017, favorecendo, assim, o retorno de prosperidade, que, literalmente, despencou em termos de resultados efetivos para a população.

CONCLUSÃO

Este artigo propõe-se a fazer uma varredura por meio de dados secundários compilados dos relatórios GEMBR, GCI, GII e LPI, para entender o que ocorreu com a atividade empreendedora brasileira no período 2014-2017. Além de oferecer uma descrição completa da abordagem empregada, a estrutura metodológica pode fornecer caminhos para novas práticas empreendedoras, cenários indicativos e orientações para planos futuros de novas pesquisas.

Com relação ao problema de pesquisa “Em que medida o empreendedorismo brasileiro contribuiu para a competitividade, inovação e prosperidade, durante a crise ocorrida no período 2014/ 2017?”, os dados revelam a ocorrência de queda na competitividade como um reflexo direto de falhas de decisões políticas e econômicas que, somadas à falta de investimento continuado e progressivo, repercutiram como entrave à inovação e consequente restrição à evolução na escala da prosperidade, fruto de um processo longo, profundo e exaustivo, que tem como essência do avanço, a educação, a cultura e o trabalho.

Quanto ao objetivo de “analisar o desempenho do empreendedorismo brasileiro, abrangendo indicadores de competitividade, inovação e prosperidade, entre 2014 e 2017”, foram utilizados os 28 indicadores que constituem o GCI, GII e LPI, considerando como base os quatro principais pilares do GEMBR: educação, atividade econômica, mentalidade e inovação empreendedora.

Da análise feita, e como resultado objetivo das perdas nos indicadores – 25 posições em competitividade, 8 em inovação e 5 posições em prosperidade, no período de 2014 a 2017 – e com os índices de desemprego, é possível inferir acerca da difícil tarefa de recuperar as posições perdidas e conquistar novas posições no *ranking* mundial. É preciso, porém, começá-la estabelecendo políticas que valorizem o empreendedorismo, com especial atenção ao empreendedorismo transbordado do conhecimento.

Este artigo contribui para o avanço do conhecimento pela análise que combina diferentes indicadores, oferecendo uma análise multidisciplinar que aponta para a contradição entre o discurso político e a real natureza do movimento empreendedor.

A realização da interposição de dados secundários, oriundos de relatórios internacionais referentes ao desempenho do empreendedorismo no Brasil no período de 2014 a 2017, fornece informações que poderão ser utilizadas pelos formuladores de políticas públicas com a finalidade de fomentar o empreendedorismo.

As limitações da pesquisa estão relacionadas às mudanças de nomenclaturas nas análises do GEM Brasil, que dificultaram a busca e a localização dos itens pesquisados para extração dos dados na pesquisa.

Como impacto, o resultado obtido pelo cruzamento dos dados dos relatórios pode contribuir na indicação de temas para a formação de agenda e formulação de políticas públicas mais adequadas às necessidades competitivas do Brasil em relação ao mercado global no campo do empreendedorismo.

Este artigo é original, uma vez que apresenta uma análise qualitativa dos relatórios no formato de superposição, uma fonte inovadora de avaliação e construção de indicadores mais robustos dos fatores de influência no empreendedorismo brasileiro, o que remete ao uso de abordagens multidimensionais para a compreensão do fenômeno social subjacente ao caráter econômico do empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, D. S.; SAMPAIO, A. V. Diversificação e especialização produtiva na geração de inovação tecnológica: uma aplicação para os Estados brasileiros. *Review of Administration and Innovation – RAI*, v. 12, n. 3, p. 109, 2015.
- BARBOSA FILHO, F. de H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BARBOZA, R. A. B.; FONSECA, S. A.; RAMALHEIRO, G. C. DE F. O papel das políticas públicas para potencializar a inovação em pequenas empresas de base tradicional. *Rege – Revista de Gestão*, v. 24, n. 1, p. 58-71, 2017.
- BEYNON, M. J.; JONES, P.; PICKERNELL, D. Country-based comparison analysis using fsQCA investigating entrepreneurial attitudes and activity. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 4, p. 1.271-1.276, 2016.
- BRAUNERHJELM, P. et al. The missing link: Knowledge diffusion and entrepreneurship in endogenous growth. *Small Business Economics*, v. 34, n. 2, p. 105-125, 2010.
- CONTI, C. R.; GOLDSZMIDT, R.; VASCONCELOS, F. C. Strategies for superior performance in recessions: pro or counter-cyclical? *Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 3, p. 273-289, 2015.
- DHEER, Ratan J. S.; TREVIÑO, Len J. Explicando a taxa de oportunidade em comparação com o empreendedorismo de necessidade em um contexto transcultural: análise e implicações políticas. *Journal of International Business Policy*, p. 1-27, 2021.
- FREIRE, Carlos Torres; MARUYAMA, Felipe Massami; POLLI, M. Inovação e empreendedorismo : políticas públicas e ações privadas. *Novos estudos Cebrap*, v. 36, n. 3, p. 51-76, 2017.
- FREZATTI, F.; BIDO, D. D. S.; CRUZ, A. P. C. D.; MACHADO, M. J. C. Impacts of Interactive and Diagnostic Control System Use on the Innovation Process. *BAR – Brazilian Administration Review*, v. 14, n. 3, p. 1-24, 2017.
- GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R & D Intensity. *OECD Science, Technology and Industry Working Papers*, v. 4, p. 1-25, 2016.
- GARRIDO, I. L.; PARENTE, R. C.; GONÇALO, C. R.; VASCONCELLOS, S. L. D. Mantendo-se inovadoras : o papel do desempenho passado, da capacidade absorptiva e da internacionalização. *BBR. Brazilian Business Review*, v. 14, n. 6, p. 559-574, 2017.

GII. GLOBAL INNOVATION INDEX. *Innovation Feeding the World*, Universidade de Cornell, INSEAD e OMPI: Ithaca, Fontainebleau e Genebra, 2017. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2017.pdf. Acesso em: 17 abr. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil: 2017*. Curitiba, IBQP, p. 23, 2017. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Empreendedorismo%20no%20BRASIL%202017.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil: 2016*. Curitiba, IBQP, p. 210, 2016. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/AF-GEM-Nacional-BAIXA.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil: 2015*. Curitiba, IBQP, p. 180, 2015. Disponível em: https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/GEM_2015-Relat%C3%B3rio-Executivo-Empreendedorismo-no-Brasil.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil: 2014*. Curitiba, IBQP, p. 18, 2014. Disponível em: https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/GEM_2014_Relatorio_Executivo_Brasil.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Empreendedorismo no Brasil: 2013*. Curitiba, IBQP, p. 173, 2013. Disponível em: https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/GEM_2013_-_Relatorio_executivo_Empreendedorismo_no_Brasil.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Pesquisa de Inovação Tecnológica* – PINTEC 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: https://pintec.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=12. Acesso em: 04 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. PNAD Contínua 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=22889&t=resultados>. Acesso em: 18 abr. 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. PNAD Contínua 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>. Acesso em: 26 jun. 2021

JULIEN, Pierre André. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2017.

KIRZNER, I. M. Creativity and/or alertness: a reconsideration of the schumpeterian entrepreneur. *Review of Austrian Economics*, v. 11, n. 1-2, p. 5-17, 1999.

KUO, C.; YANG, C. Knowledge capital and spillover on regional economic growth : Evidence from China. *China Economic Review*, v. 19, n. 4, p. 594-604, 2008.

LAZZAROTTI, F. et al. Orientação empreendedora: um estudo das dimensões e sua relação com desempenho em empresas graduadas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. 6, p. 673-695, 2015.

LECUNA, A. High income inequality as a structural factor in entrepreneurial activity. *Journal of Technology Management and Innovation*, v. 9, n. 1, p. 13-26, 2014.

LEGATUM INSTITUTE. *The Legatum Prosperity Index*. 11. ed. Reino Unido, 2017. Disponível em: <https://li.com/reports/2626-2/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LEGATUM INSTITUTE. *The Legatum Prosperity Index*. 10. ed. Reino Unido, 2016. Disponível em: <https://li.com/reports/2016-legatum-prosperity-index-10th-edition/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LEGATUM INSTITUTE. *The Legatum Prosperity Index*. 9. ed. Reino Unido, 2015. Disponível em: https://www.prosperity.com/download_file/view_inline/2833. Acesso em 06 fev. 2021.

LEGATUM INSTITUTE. *The Legatum Prosperity Index*. 8. ed. Reino Unido, 2014. Disponível em: https://www.prosperity.com/download_file/view_inline/2830. Acesso em: 06 fev. 2021.

LIMA, S. M. et al. Proposing a Strategic Capability Index for Micro and Small Enterprises. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 16, n. 4, p. 91-109, 2017.

MACHADO, D. D. Q. et al. Doing Business: Uma Análise Comparativa das regulamentações no Brics. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 355-373, 2015.

MARIANO, A. M.; ROCHA SANTOS, M. Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora. Structural Equations View project Service Quality View project. CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ACADEMIA EUROPEA DE DIRECCIÓN Y ECONOMÍA DE LA EMPRESA (AEDEM), 26., 2017. Reggio Calabria, set. 2017.

MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

MELO, F. L. N. B. de; SAMPAIO, L. M. B.; OLIVEIRA, R. L. de. Bureaucratic Corruption and Entrepreneurship: an Empirical Analysis of Brazilian States. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 374-397, 2015.

MENDES, H. S.; HASENCLEVER, L. *Development, Entrepreneurial Activity and Industrial Extension*. [S.l.: s.n.], 2015.

MOTA, M. D. O. et al. Relações de influência de indicadores macroeconômicos na propensão ao risco de empreender. *Rege - Revista de Gestão*, v. 24, p. 159-169, 2017.

MROŻEWSKI, M.; KRATZER, J. Entrepreneurship and country-level innovation: investigating the role of entrepreneurial opportunities. *Journal of Technology Transfer*, v. 42, n. 5, p. 1.125-1.142, 2017.

OLIVEIRA, L. C. P.; FALEIROS, S. M.; DINIZ, E. H. Sistemas de informação em políticas sociais descentralizadas: Uma análise sobre a coordenação federativa e práticas de gestão. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 1, p. 23-46, 2015.

OREIRO, J. L. A grande recessão brasileira: Diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017.

PAULA, L. F. de; PIREZ, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Revista Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.

PATAH, L. A.; FERREIRA, H. L.; PUGAS, M. A. R. Visões empreendedoras: um estudo comparativo entre especialistas das cinco maiores economias em relação aos especialistas de países membros do Mercosul. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 56-73, 2019. DOI: 10.21527/2237-6453.2019.46.56-73. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6632>. Acesso em: 4 ago. 2021.

PRADO, M. D. L. et al. Empreendedor individual : uma modalidade de empreendedorismo emergente individual entrepreneur : a modality of emerging entrepreneurship. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p. 59-74, 2014.

SANTOS, I. C.; DE PAULA, R. M. A especialização tecnológica local como indutora do empreendedorismo e do desenvolvimento regional : o caso do vale da eletrônica brasileiro local technological specialization as an inductor of entrepreneurship. *Gestão & Regionalidade*, v. 28, n. 82, p. 65-82, 2012.

SANTOS, I. C.; FERREIRA, H. M. G. Internacionalização e Inovação : Uma Análise Longitudinal dos Países Sul- Internacjonalização e inovação : uma análise longitudinal dos países sul-americanos. *Exacta*, v. 14, n. 4, p. 549-565, 2016.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development: an Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle*. [S.l.: s.n.], 1934.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Relatório Especial Empreendedorismo e Mercado de Trabalho, 2017*. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/relatorio-especial-o-empreendedorismo-e-o-mercado-de-trabalhodetalhe52,5cdf-da0e84ebe510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 29 jun. de 2021.

SILVA, G. et al. Relationships and partnerships in small companies: Strengthening the business through external agents. *BAR – Brazilian Administration Review*, n. 13, v. 1, jan./mar. 2016.

STERNBERG, Rolf. Entrepreneurship, proximity and regional innovation systems. *Tijdschrift Voor Economische en Sociale Geografie*, v. 98, n. 5, p. 652-666, 2007.

SOUZA, G. H. S. D.; COELHO, J. A. P. D. M.; ESTEVES, G. G. L.; LIMA, N. C.; SANTOS, P. D. C. F. D. Inventário de barreiras e facilitadores ao empreendedorismo: construção e validação de um instrumento. *Revista Eletrônica de Administração READ*, v. 85, n. 3, p. 381-412, 2017.

SOUZA, D. L. de; SOUZA, J. B. de; PASIN, L. E. V.; ZAMBALDE, A. L. Empreendedorismo e desenvolvimento local: uma análise do Programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais, Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 14, n. 37, p. 262-292, 2016. DOI: 10.21527/2237-6453.2016.37.262-292. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5648>. Acesso em: 4 ago. 2021.

VALE, G. M. V.; CORRÊA, V. S.; REIS, R. F. dos. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 18, n. 3, p. 311-327, 2014.

VIEIRA, R. B.; SANTOS, I. C.; BRESCIANI, L. P. Fab labs livres da cidade de São Paulo: uma experiência social inclusiva ou transbordamento de conhecimento tecnológico e da criatividade na escassez de recursos? *Remipe – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco*, v. 5, n. 1, p. 120-144, 2019.

WOOSTER, R. B.; DIEBEL, D. S. Productivity spillovers from foreign direct investment in developing countries: a meta-regression analysis. *Review of Development Economics*, v. 14, n. 3, p. 640-655, 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Index Report 2016-2017*. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/GCR2016-2017/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2016-2017_FINAL.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Index Report 2015-2016*. Genebra, Suíça, 2015. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Index Report 2014-2015*. Genebra, Suíça, 2014. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2014-15.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0